

“QUEM PARIU MATHEUS QUE BALANCE”

Alberto Heráclito Ferreira Filho

Mestre em História pela UFBA

Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia

RESUMO — *O presente artigo discute a criação de filhos nas classes populares de Salvador, na Primeira República, atentando para o caráter essencialmente materno de tal atividade, visto a sintomática ausência paterna nos lares.*

ABSTRACT — *This article is about children upbringing among the lower class population during the First Republic period in Salvador city, becoming evident the essentially maternal responsibility of this activity, as it is shown by the symptomatic paternal absence in the homes.*

Na última década do século passado, Lindman fotografou a Misericórdia, em Salvador, no seu ritmo cotidiano. A estreita rua, vincada pelos trilhos do bonde, exibia, no primeiro plano da foto, a Igreja e a Santa Casa como destaque do seu conjunto arquitetônico. Pelas calçadas ou dirigindo-se a elas, homens de tez clara, vestindo paletó de linho engomado, usando chapéu e bengala, transitavam. Na rua, um animal de carga parado em frente a um prédio e uma carroça tomando a direção da praça municipal misturavam-se com duas mulheres que, equilibrando fardos à cabeça, caminhavam em sentidos opostos. Dentre elas, uma preta alta e esguia seguia em direção à Sé; vestia saia florada e, além do fardo à cabeça, trazia uma criança amarrada às costas. A desenvoltura dos passos, os braços soltos ao longo do corpo denunciavam a extrema naturalidade da forma de carregar filhos pequenos, que, pela sua recorrência, não atraía o olhar dos transeuntes. A foto revela-nos significados inerentes à ocupação do espaço urbano no período. Calçadas para aqueles que faziam da rua um lugar de passagem; o leito da rua para aqueles que, com mais intimidade, apropriavam-se dela como espaço de vida e de sobrevivência.

A foto demonstra-nos a imbrincada relação entre classe, cor e gênero na Bahia oitocentista. Se a “mulher branca de categoria”¹, ainda no século 19, estava constantemente enclausurada em casarões sombrios, vigiada por parentes ou acompanhada de serviçais, poucas foram as mulheres das classes populares que contaram com um marido ou companheiro que provesse todo o sustento do lar, desobrigando-as, assim, das atividades de ganho. Ajudando no orçamento doméstico ou mesmo mantendo-o efetivamente, muitas mulheres pobres tiveram de conciliar trabalho e criação de filhos².

No pequeno comércio de rua, ambulante ou sedentário, ou indo e vindo no desempenho dos mais variados serviços domésticos, elas serão personagens constantes no cenário urbano de Salvador³. Ao longo do século 19, os visitantes estrangeiros irão anotar em seus cadernos de viagem ou, mesmo, retratar em gravuras e fotos a constância do fenômeno. Wetherel, na década de 50, descreveu a maneira “pitoresca” de as mães trabalhadoras carregarem os “pobres pequenos infelizes”, ou seja: atados às costas. Thèrese de Baviera, em 1888, registrou o costume num típico cartão postal dos trópicos: filhos às costas e um imenso cesto de frutas à cabeça. Em grupo, Dugrivel as encontrou em 1843, “seminuas”, sentadas num canto de rua, amamentando seus filhos “completamente nus”. Naquele mundo onde Avé-Lallement percebeu que “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”⁴, as mães trabalhadoras constituíam um contingente tão expressivo que Kátia Mattoso as resgatou como uma “população diligente e ativa, que percorria as ruas de Salvador freqüentemente acompanhada de filharada barulhenta e alegre(...)”⁵.

As razões que atribuíam às mulheres pobres a responsabilidade, quase que exclusiva, para com a prole, têm as suas origens nas instituições e dinâmica escravistas. O preceito forense segundo o qual “o parto segue o ventre” fazia do filho da escrava um bem do seu senhor, não importando a paternidade do mesmo. Aliás, quando a criança escrava era levada à pia batismal, só lhe era conferido o nome da mãe, fato que, se não delegava, confirmava que, no universo da reprodução escrava, somente a mulher era responsabilizada pelos cuidados com a sobrevivência da prole, fazendo da presença masculina um elemento episódico⁶.

A tais questões virá juntar-se a própria inserção da escrava ou da liberta no mundo do trabalho urbano⁷. As ocupações a elas destinadas cobriam um leque variado de serviços domésticos e de pequenas atividades comerciais, a ponto de Vilhena descrever as feiras livres como lugares “onde se juntam muitas negras a vender tudo o que trazem”⁸. Na rua ou no trabalho doméstico, mesmo como libertas, essas mulheres não deixavam de estar “exposta(s) a relações fortuitas e a gestações tendentes a lhe(s) conferir prole numerosa quase sempre não reconhecida pelos pais”⁹.

Em 1949, o antropólogo Thales de Azevedo, comungando com as reflexões de J. Melville Herskovits, afirmava que, entre a “gente de cor” da Bahia, a mãe era a única responsável pelos filhos, visto que a viuvez ou a falta do companheiro não desobrigava a mulher da criação dos mesmos¹⁰. A hipótese, ainda que passível de contemporizações, não pode ser de todo descartada. Mesmo faltando estudos sobre o assunto, no tocante à República Velha, há evidências significativas sobre a procedência da afirmação de Azevedo. Por exemplo: a recusa sistemática dos homens em batizarem seus filhos naturais com o seu nome, temendo responsabilidades futuras, era costume não só entre as elites, mas em toda a população¹¹. Aliás, em 1903, o Dr. Alfredo Cordeiro Fonseca de Medeiros, em sua tese de doutouramento, apresentada à Faculdade de Medicina, debitava à falta de uma política mais incisiva quanto à investigação de paternidade a causa dos constantes e “preocupantes” casos de infanticídios que tinham lugar em Salvador. Dr. Medeiros não achava lógico que “numa falta cometida por duas pessoas não se mostre a lei igual para ambas, deixando livre de obrigação a mais forte”¹². Os protestos do Dr. Medeiros não tiveram eco. Assim nos demonstra o exíguo número de processos de investigação de paternidade constante do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), no tocante à Primeira República. Mesmo levando em consideração a possibilidade de extravio de tais peças documentais, todos os autos encontrados envolvem partilhas de bens, sendo os possíveis pais donos de fortunas consideráveis. Se à época da escravidão havia um postulado jurídico que impedia a declaração da filiação paterna dos pequenos cativos, certamente que, na República, eram os costumes que legitimavam a impunidade masculina.

Tendo que contar com a própria sorte, podemos afirmar que a Abolição da Escravatura e o advento da República poucas mudanças trouxeram para a vida das mulheres pobres baianas até a década de 1940. As ocupações a elas destinadas eram, em muito, semelhantes às das escravas e das forras, visto que a divisão do trabalho ainda excluía, no ano de 1920, 83,90% das mulheres do mercado formal de trabalho, espremendo-as, nos dados estatísticos, nas profissões “domésticas” ou “mal definidas”, como nas “não declaradas ou sem profissão”. Aliás, 49% da população maior de 21 anos estava presente nessas categorias do censo, donde 86% eram mulheres¹³. Nos anos 40, 61,37% delas em idade superior a 20 anos permaneciam civilmente “solteiras”¹⁴. O estrangulado mercado de trabalho baiano e a força da tradição não brindaram essas mulheres com maridos que provessem o sustento do lar. Ao contrário: em debandada os homens parecem fugir no período de 1872 a 1940, num verdadeiro êxodo, em busca de melhores chances profissionais em outras regiões¹⁵. Em 1924, numa significativa amostra de 3 091 crianças lactentes ou em idade pré-escolar matriculadas nos órgãos de assistência à infância pobre da Inspetoria de Higiene Infantil da capital baiana, 54,28% eram ilegítimas. Do total geral dos matriculados, 31,28% tinham pais desempregados ou ausentes. As mães economicamente ativas perfaziam um total de 94,17%. Tal dado demonstra-nos que, em plena República, o parto ainda continuava seguindo o ventre¹⁶.

Como podemos perceber, o modelo burguês de família nuclear — que começa a se instituir entre as elites no Brasil do século 19 —, em que às mulheres era delegado o mundo do lar e, ao homem, o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia-a-dia das famílias. A participação das mulheres pobres em “sua quase totalidade” em atividades econômicas, propiciava-lhes “uma certa autonomia financeira em face a maridos e companheiros que muitas vezes mal contribuem para o sustento das famílias”¹⁷.

A relação conjugal, geralmente não legitimada pelo casamento civil, expressava-se como “contrato consensual” de ajuda mútua entre os parceiros, como observou Sidney Challoub no tocante

às classes populares cariocas da *Belle Époque* e Maria Inês Cortes Oliveira em seu trabalho sobre libertos baianos no século 19¹⁸. Essa simetria, propiciada pela autonomia financeira das mulheres, volta e meia questionava, no grupo familiar, a autoridade masculina profundamente marcada pelos estereótipos da ideologia patriarcal dominante¹⁹. Era, portanto, sobre bases frágeis que se assentava a relação conjugal, sendo esta, continuamente ameaçada pela disputa da liderança do grupo familiar, pela já citada vulnerabilidade dos homens no interior da relação. Os conflitos daí derivados colocavam a possibilidade de rompimento do pacto conjugal, mesmo se tratando de relações sedimentadas por longos anos de convivência. Os jornais da época, preocupados com a “anomia moral” que, segundo as elites letradas republicanas, caracterizava o comportamento popular, não deixaram de estar atentos a tais episódios. Vejamos alguns exemplos:

Canuta Maria de Jesus, em 1922, separou-se de Paschoal José Possidônio, com quem vivia há mais de trinta anos, por não concordar com o namoro da filha com um rapaz com o qual não simpatizava. Como Paschoal resolveu “fechar os olhos” para o fato, não atendendo aos reclames da companheira, Canuta abandonou o lar e resoluta procurou a polícia para administrar a partilha dos bens²⁰. O ativo comportamento de Canuta e a omissão de Paschoal não estavam em consonância com a cartilha moral dominante no tocante aos papéis e funções de gênero no interior das famílias. Com um tom jocoso o jornal comentou a “braveza” de Canuta e recriminou a passividade de Paschoal Possidônio.

A história de Águida Maria Bonfim expressa um outro viés dos conflitos conjugais entre os populares. Casada com Apulchro Leoni, mãe de quatorze filhos menores do casal e com 55 anos, fora convencida pelo marido a empregar-se como doméstica, tendo em vista as dificuldades financeiras pelas quais passava a família. Como nunca havia trabalhado, o rompimento do binômio esposa-lar deixou Apulchro Leoni vulnerável a “suspeitas infundadas” de ciúmes, passando o mesmo a ir espreitar a esposa na saída do trabalho, onde, num “descontrole emocional vibrou-lhe duas navalhadas”²¹. As dificuldades materiais da

família não foram por si só suficientes para transformar as concepções de gênero de Apulchro. Ao contrário, o trabalho de Águida trouxe para o sedimentado matrimônio um conflito a mais, reforçando valores de cunho machista que nem a adiantada idade da esposa, a prole numerosa ou os problemas financeiros da difícil década de 1920 conseguiram diluir.

Fazendo das atividades remuneradas uma extensão de suas obrigações domésticas, as possibilidades de trabalho para as mulheres apresentavam-se com relativa facilidade, visto que o baixo preço desses serviços não onerava, em muito, o orçamento das pessoas que deles faziam uso. Romper relações conjugais, portanto, não significava um comprometimento absoluto da sobrevivência feminina. Como empregada doméstica, por exemplo, as mulheres contavam com casa e comida oferecida pelos patrões, que, muitas vezes, compensavam a baixa remuneração com doações de roupas e objetos de uso pessoal. As benesses patronais eram conquistadas através de dedicação, fidelidade e obediência aos seus patrões que, em troca, como demonstrou Sandra Graham, além dos benefícios materiais, também protegiam-nas²². Usando desse expediente, Fausta Silva Conceição conseguiu fugir aos sucessivos maus-tratos do seu companheiro, Manuel de Oliveira, em 1916, empregando-se em casa de família no Barbalho. A solução efetiva do problema de Fausta exigiu que ela abandonasse a Rua do Bispo onde morava, território da violência impune do companheiro. Por todo o tempo em que viveu na casa dos patrões, Fausta não foi assediada por Manoel, que só voltou a fazê-lo quando da sua volta ao antigo endereço, para apanhar uma mala que havia deixado em casa de uma amiga. Gravemente ferida por navalhadas desferidas pelo companheiro, Fausta foi socorrida pela “Assistência”, enquanto o criminoso fugia²³.

Concubinatos temporários e sucessivos, abandonos e separações eram situações comuns para um grande número de mulheres das classes populares. A possibilidade sempre presente da omissão paterna fazia da relação mãe-filho o núcleo estável da relação familiar. Na luta pela sobrevivência, as mulheres pobres contavam, além do concurso de parentes, comadres e amigas, com o trabalho dos filhos que, desde muito cedo, começavam

a exercer as mais diversas formas de pequenos serviços. Na documentação pesquisada e mesmo nos registros dos folcloristas, volta e meia encontramos crianças empregadas na indústria, vendendo bilhetes de loteria, doces, bolos e as mais variadas iguarias geralmente fabricadas pela mãe ou, muitas vezes, servindo de companheiro à mercância materna. O “moleque comprador de temperos” era, segundo Hildelgardes Vianna, uma personagem sempre presente na Bahia de outrora. Correndo as ruas da cidade em diligências, muitos deles agregavam-se às famílias para as quais prestavam todo e qualquer serviço de rua, como, comprar pão, tempero, querosene ou carvão. Outros, passavam em horários combinados, pelas portas das casas, para saberem se “queriam alguma coisa da rua”. Por último, havia os que se instalavam nas portas dos armazéns, prontos a qualquer serviço em troca de uma gorgeta²⁴. As meninas, desde muito cedo responsabilizavam-se pelo cuidado dos irmãos menores e pela execução de tarefas do lar repartidas através da “semana doméstica”, instituição que estabelecia a divisão e o rodízio das tarefas de casa entre as adolescentes e púberes, liberando as mães para o trabalho que garantisse o sustento do lar. Outras, eram entregues muito jovens para serem criadas por famílias para as quais prestavam todo o tipo de serviço doméstico.

Vê-se, assim, que naquela época, como agora, as famílias pobres, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, organizavam-se como uma unidade de rendimentos, engajando todos os seus membros na luta pela sobrevivência. A inserção dos membros da família em tais atividades, contudo, tinha como critério a divisão sexual do trabalho, que ao reservar aos meninos “trabalhos de rua” e, às meninas, o espaço e as atividades ditas domésticas, socializavam-nos de sorte a reproduzirem os papéis e as relações de gênero dominantes, mesmo que a vivência real dos seus pais cotidianamente os subvertessem. Talvez esse dado explique o fato de ser a sociedade baiana, no tocante aos populares, tão feminina na sua expressão prática e cotidiana e tão masculina em seus valores, regras e propósitos. Por mais que as mulheres gerissem esse mundo da sobrevivência familiar, elas eram a mãe de um lar cuja ausência

paterna não diluía a força dos valores masculinos no interior do grupo. Ausentes, os pais eram envoltos numa mística que os idealizava e os absorvia, e, nesse sentido, os homens tinham perpetuadas a sua ascendência e impunidade. Parafraseando o adágio que dá título a esse texto, não cabia às mulheres reeducar os seus Matheus com vistas a transformar as regras do jogo entre os gêneros, mas balançá-los, mansamente, no colo das tradições patriarcais que haveriam de reproduzir quando adultos .

NOTAS

- ¹ Moema Parente AUGEL. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*, p.220.
- ² Acompanhando as reflexões de Antônio Cândido em “The Brazilian Family” In: T. Lynn Smith. *Brazil Portrait of Half a Continent*, vários autores, recentemente, vem questionando a reclusão feminina nos períodos colonial e imperial, tal qual fora concebida por Gilberto Freyre. A análise deste autor, ao restringir-se somente às camadas abastadas rurais do nordeste que viveu um padrão patriarcal típico, não contempla outros segmentos femininos como as mulheres pobres, negras e escravas nem outras realidades regionais. Ver Eni de Mesquita Samara. *A Mulher, o Poder e a Família*, p.15 a 86. Kátia Mattoso. *Bahia no Século XIX: uma província no Império*, p.535 e Emanuel Araújo. *O Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, p.190 e 191 reforçam a idéia da reclusão doméstica das mulheres de elite - e somente delas -, ainda no século 19.
- ³ Como o foram nas demais vilas e cidades do Brasil antigo. A respeito ver: Luis Mott. *Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil colonial*, p.81-106. Ver também o minucioso trabalho de Luciano Figueredo *O Averso da Memória*.
- ⁴ Moema Parente AUGEL. *Op. cit.*, p.201-209 e Robert Avé-Lallemant. *Viagem pelo Norte do Brasil no Ano de 1859*, p.20.
- ⁵ Kátia MATTOSO. *Op. cit.*, p.152.
- ⁶ Lana Lage da Gama LIMA e Renato Pinto VENÂNCIO. *O Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro*.
- ⁷ Kátia MATTOSO. *A Propósito de Cartas de Alforria - Bahia 1779-1850*.
- ⁸ Luis dos Santos VILHENA. *A Bahia no Século XVIII*, vol. I, p.93.
- ⁹ Maria Inês Cortes de OLIVEIRA. *O Liberto: seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890, p.68.

- ¹⁰ Thales de AZEVEDO. *O Povoamento da Cidade do Salvador*, p.202-205.
- ¹¹ Kátia Mattoso. *A Bahia...* p.157.
- ¹² Alfredo Cordeiro Fonseca de MEDEIROS. *Do Infanticídio*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1903, p.12.
- ¹³ IBGE: *Censo Demográfico do Estado da Bahia*, 1920, Tomo 02, v.4, p.103-107.
- ¹⁴ IBGE: *Censo Demográfico do Estado da Bahia* de 1940, p.340-341.
- ¹⁵ IBGE: *Sinopse Estatística do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, v.02, p.74.
- ¹⁶ Martagão GESTEIRA. *Os Serviços de Higiene Infantil na Bahia em 1924* In: *Relatório* apresentado pelo Dr. Martagão Gesteira ao Governo do Estado. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1925, p.11-15.
- ¹⁷ Thales de AZEVEDO. *Classes Sociais e Grupos de Prestígio*, p.112.
- ¹⁸ Sidney CHALLOUB. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, p.143-144 e Maria Inês Cortes Oliveira, *Op. cit.*, p.60.
- ¹⁹ Jeferson Afonso BACELAR. *A Família da Prostituta*, 1982, p.78.
- ²⁰ Jornal *A Tarde*, 27.09.1922.
- ²¹ Jornal *A Tarde*, 17.04.1922.
- ²² Sandra Lauderlale GRAHAM. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro - 1860-1910*. São Paulo, p.23-72.
- ²³ Jornal *A Tarde*, 19.07.1916.
- ²⁴ Hildegardes VIANNA. *A Bahia Já Foi Assim: crônicas de costumes*, p.46-49.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- AVÉ-LALLEMANT. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.
- AZEVEDO, Thales. *O povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Itapuan, 1969.
- _____. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Progresso/UFBA, s/d.
- BACELAR, Jeferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

- CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FIGUEREDO, Luciano. *O Averso da memória*. Brasília: UNB, 1993.
- GRAHAM, Sandra Lauderlale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro -1860-1910*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- MATTOSO, Katia Maria de Quero. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Portrait of half a continent*. New York: Marchand General, 1951.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio colonial *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.53, 1976.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O Liberto: seu mundo e os outros. Salvador 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A mulher, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- VENÂNCIO, Renato Pinto, LIMA, Lana Lage da Gama. *O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro*. In: DEL PRYORE, Mary(org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: Itapuan, 1973.
- VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuan, 1969. v.1.